Litoral

Aveiro, 16 de Junho de 1962 * Ano VIII * N.º 399

SEMANÁRIO

DIRECTOR E EDITOR — DAVID CRISTO ★ ADMINISTRADOR — ALFREDO DA COSTA SANTOS
PROPRIETÁRIOS — DAVID CRISTO E FRANCISCO SANTOS ★ REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: EM «A LUSITANIA» R. DE HOMEM CRISTO — TEL. 23886 — AVEIRO

JOÃO de BARROS

LUSITANO DE TODOS OS MARES

POR RIBEIRO COUTO

Desde os seus primeiros versos o álacre estudante da Figueira da Foz mostrou predilecção por palavras que viriam a explicar toda a sua existência. Nota-se já então a frequência com que ele fala de vida, verdade, amor, paixão, energia. Na boca de um adolescente de 1900, como aquele candidato a bacharel em Coimbra, podia tratar-se de simples recurso temático ou metrificatório. Trata-se, porém, desde logo, de um impulso espontâneo, de um instintivo programa de espírito e de acção, de uma mensagem. Nem poderia haver engano. Dois dos seus livros tinham por título geral: «Palavras Sãs». Sucede, mesmo, que, no prefácio de um deles, João de Barros protestava contra o sentido em que o vulgo soe entender o sonhador: criador de quimeras. O poeta, escreve ele então, «*sonhou sempre sonhos realizáveis, ainda irrealizados e, desejando uma perfeição maior para si e para os outros homens, partiu da Vida e não saiu fora dela*».

Se recordo essas primeiras manifestações, esses primeiros embates de ideias do escritor quase menino, é para mostrar quanto já o conceito dionisíaco de «vida», para ele, implicava também deveres de ética e de civismo: lutar pelo bem, lutar pela verdade, lutar com paixão, lutar com energia. A fina mão do artista jovem parecia erguer, invisível, uma espada justiceira.

Em desacordo com a tristeza quase profissional do ambiente poético da sua época (quando insincera, a tristeza deixa de ser uma natural expressão de vida interior); sem afinidades com o enfermiço, o vago, o indeterminado, habituais de certa sublírica que se pretendia pupila de António Nobre; de ouvido muito mais atento a vozes como a de Walt Whitman e Verhaeren, de um fimbre de martelo socialista batendo em bigorna reacionária, ao invés de outras do fim do século, como a de Verlaine (*un frisson d'eau sur la mousse*) ou de Rodenbach (longo soluço de carrilhão na neblina), João de Barros era todo saúde, veemência, apetite de viver, apetite de agir. A altos gritos reclamava o sol nos dias de chuva. Queria a terra florida e não os horizontes ermos, com árvores desfolhadas. Os homens que louvava eram os fortes e alegres... os que limpam, cantando, o suor do seu rosto... Sua musa tinha exclamações pagãs:

«Alegria! Alegria! Ó céu do meu país
«Onde as nuvens até são quase luminosas;
«Ó sol alegre, ó sol vibrante, ó sol feliz...

Terá sido essa, talvez, a

Continua na página 2

As Viagens do Infante D. Pedro

Um artigo do PADRE ANTÓNIO BRÁSIO

PRETENDEU o último número do Arquivo do Distrito de Aveiro, *referente a Maio-Junho de 1961, mas distribuído só nos primeiros dias do mês em curso (um ano depois), demonstrar que a cronologia corrente das viagens do Infante D. Pedro anda muito arredia da verdade, distribuindo, a propósito ou despropósito (já se verá), uns comentários impróprios, não direi de quem os fez (não dá uvas o pilriteiro...), mas da revista que lhes deu guarida e os publicou.*

Que a cronologia das viagens do Infante das «Sete Partidas» é um enigma, só o não reconhece o sr. Rocha Madahil, para quem não há enigmas nem mistérios, designadamente em história medieval. É costume marcar-se-lhes as datas-limites de 1418 a 1428, limites elásticos que não têm em mente indicar datas certas e determinadas. Joaquim Bensaúde, no seu livro Origine du Plan des Indes, *de 1929, e novamente em* Surprises et Lacunes de l'Histoire des Découvertes Maritimes, *de 1930, na esteira de E. Cavaignac, na sua* Chronologie *(Paris, 1925), autores reputadamente sérios, aceitaram aqueles limites, o mesmo fazendo o autor da biografia do Infante na* Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira *(vol. 20).*

Para provar que D. Pedro não saiu do País em correrias pelo planeta senão muito mais tarde, estafa-se o autor do artigo a ler e transcrever documentos, aliás muito à sua peculiar maneira, proclamando bem alto, a cada passo, que foi ele mesmo quem primeiro os desencantou e deu à luz.

O que não sabe é argumentar com eles, exactamente porque o sr. Rocha Madahil não possui a indispensável disciplina filosófica nem formação histórica que lho permitam fazer com êxito.

Desde há muito que julgo, instruído pelos factos, que nem sempre se pode concluir da presença física dos personagens pelas datas dos documentos feitos em seu nome ou a seu favor. Outros, entre os quais o sr.

Continua na página 3

A Lição da "Semana do Ultramar"

POR M. LOPES RODRIGUES

PROMOVIDA pela centenária Sociedade de Geografia de Lisboa, efectuou-se mais uma Semana do Ultramar. Segundo o tema proposto para os trabalhos desta intencional jornada patriótica — que pela trigésima quarta vez tão proveitosamente se repete — pretendeu-se conduzir, de novo, a consciência humanista e afectiva dos portugueses, neste passo doloroso da História Pátria, à «demonstração do lugar que Portugal ocupa na História da Civilização e à reivindicação dos seus direitos e da sua individualidade independente e soberana».

Nesta época, de graves inquietações e sobressaltos, esta jornada teve uma particular unção sentimental e manifestou-se como um acto de transcendente importância colectiva, alheio a credos ou convicções, perante as contingências desastrosas da nossa desagregação, se não soubermos impor, nesta conjuntura de terríveis e maléficas influências estranhas, a indispensável unidade de propósitos e de esforços, como única garantia de uma sólida oposição e consequente vitória.

Desde há séculos que está definida e concretizada a nossa consciência formativa, na conjugação do todo ultramarino, na sua condição de Nação una e coesa. Não obstante, é sempre oportuno e indispensável prevenir e acautelar o País das deformações de sentimentos e das influências perniciosas, difundindo e analisando, com persistência e objectividade construtivas, os problemas mais importantes da nossa política ultramarina, para que esta continue a ser exemplo magnífico de assimilação de povos e a afirmar a condição étnica de sermos um povo multirracial, cujas particularidades, por específicas e próprias, não podem estar sujeitas a interpretações de frias e incongruentes conjecturas.

Defendendo-se a posição da nossa política ultramarina, defende-se, implicitamente, a unidade — a indispensável unidade — o bem-estar e o progresso da Nação, no conjunto de todos os seus territórios.

A nossa acção civilizadora — a nossa valorização económica e social — reveste-se, dia a dia, de fortes e graves responsabilidades. E' um dever de ordem nacional, que entendemos perfeitamente e que a nós próprios devemos saber impor.

De há muito já que está ultrapassado o nosso dispositivo de domínio; e hoje a nossa presença no Ultramar é uma presença de comunidade, nas suas estruturas, nas suas ins-

Continua na página 2

RECORDANDO OUTROS TEMPOS

Pelo DR. QUERUBIM GUIMARÃES

O recente falecimento de Lucília Simões fez-me recordar Coimbra e o meu tempo na mocidade académica da velha Universidade do último quartel do século passado.

Ela morre aos 78 anos, há muito já retirada da cena.

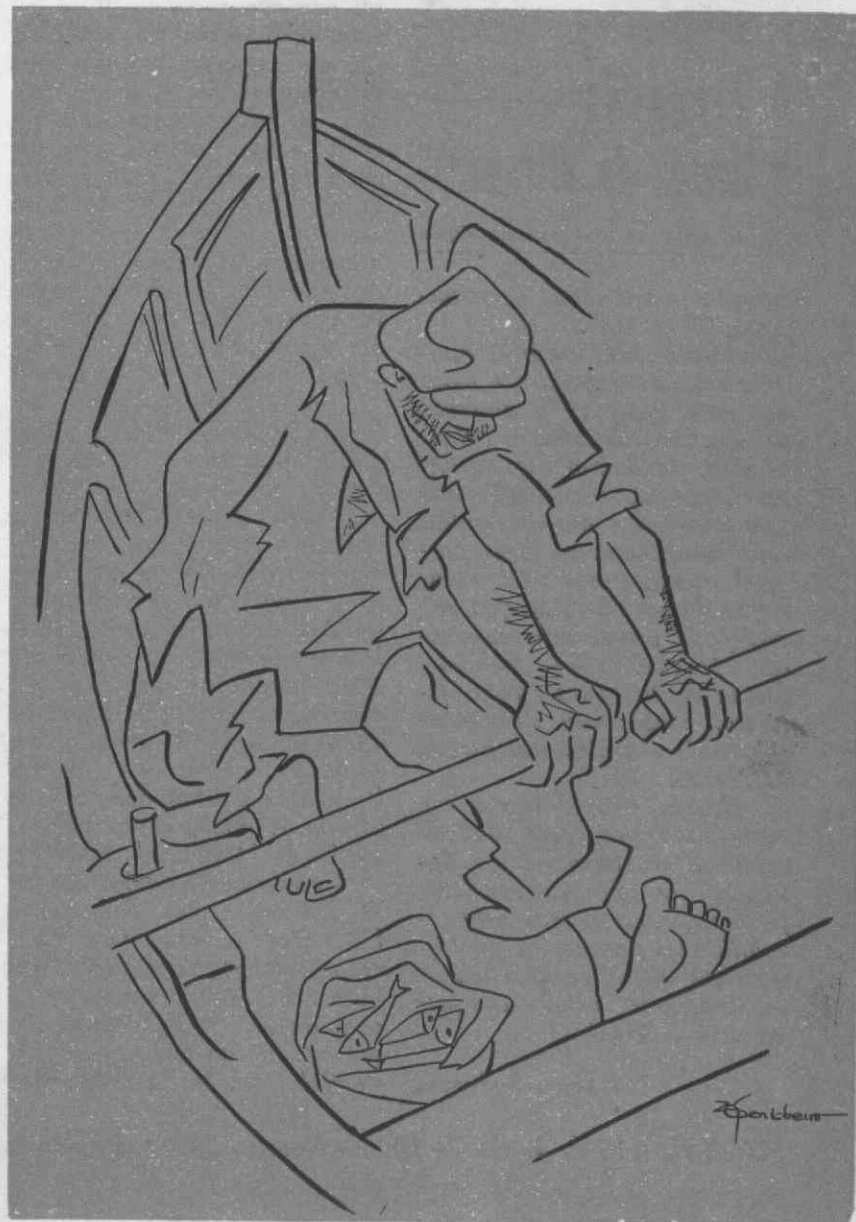
Representava hoje, com Palmira Bastos, o Teatro feminino dessa velha guarda, a *élite* do que foi, nesses tempos áureos, o Teatro português, nesse século passado, que foi notável na florescência intelectual, em todas as manifestações da Inteligência, — na Arte, na Ciência, na Cultura, na Política, no génio militar com Napoleão, no Pensamento, em toda a vida intelectual, como também na Oratória sagrada e profana.

Chamou-se-lhe *século estúpido* — mas foi por antinomia.

Chamou-lho Leon Daudet, o escritor e jornalista, e fundibulário conhecido da «Action Française», discípulo de Charles Mourras, discípulo e como ele combatente da reforma do pensamento político, antinomico do regime individualista vigente, desde a forma-

Continua na página 3

NA FAINA DA PESCA

Desenho de Zé Penicheiro

João de Barros, Lusitano de todos os Mares

Continuação da primeira página

canção heróica que Cesário Verde desejou ouvir, apesar ou por causa mesmo dos ecos de cansaço e neurastenia urbana que ressoavam sempre nos seus ouvidos doentes.

Poesia de exaltação com entusiasmos sensuais, sonoridades de epopéia até mesmo no que costuma ser discreto murmúrio de amor; poesia de combatente, de propugnador da energia; louvor do optimismo; volumptuoso agradecimento a todas as formas da beleza carnal e da fecundidade prometida:

«Ó Beleza garrida a cantar nas aldeias,
«Em que são lindas mesmo aquelas que são feias
«E a que ficam tão bem as grandes arrecadas
«(Clarão de sol a arder sobre as faces coradas)...

A poesia portuguesa não conhecera, antes, uma voz assim, tão insitente no pregar a alegria de viver, nem olhos assim, ávidos de contemplar os aspectos amoráveis de todas as coisas, nem uma bôca assim, descobridora de travos afrodisíacos até na água das fontes inocentes.

Não admira que esse grande cantor da energia e da alegria viesse a ser um dos pregadores do ressurgimento da alma nacional e dedicasse à educação do povo (na cátedra de professor, na tribuna de conferencista, nos livros, nos jornais) a sua mais rica seiva de patriota português. Ainda agora acabo de ler toda a sua obra literária. Que sinceridade, que segurança, que confiança, que constância, que teimosia! é bem raro encontrar uma página, uma só página de prosa de João de Barros em que não haja uma linha de combate contra a «anemia da vontade», contra a «depressão» contra o «pessimismo», contra o adormecimento da «sensibilidade cívica».

«Como odeio os cépticos e detesto os ironistas fáceis!», — exclama em certa altura. E, mais adiante, ataca a outra forma de derrotismo, que é o vício da lamentação em face das vicitudes sociais de que o povo quase nunca é o culpado, mas vítima. Alguns dos seus principais trabalhos têm títulos deste género: «A alegria da raça», «Vencer», «O Lirismo Afirmativo da Raça Portuguesa», «Sentido Heróico do Lirismo Português».

Quando, anos mais tarde, num artigo de jornal, reclama contra os «limites da poesia» e contra a «timidez que levou à renúncia dos temas épicos», está completa a mensagem das «Palavras Sãs», de quase meio século atrás. *«Poesia — em tudo existe, sempre e em tudo. O caso é extraí-la da sua ganga, trazer à luz a luz e a vida oculta — em prece ou em grito, em cântico ou em revolta, em resignação ou indignação, desde que o amor ou a dor a saibam descobrir e revelar»*. Já aqui, na sua esplêndida maturidade, o poeta conhece a experiência da dor e dá-lhe o mesmo insigne lugar que na adolescência reservava apenas para a ambiciosa exaltação da alegria. Não conhece «limites para a verdadeira poesia de todos os tempos». Limites *«só os encontro — o que nunca sucede na poesia, no lirismo dos poetas sinceros, sejam quais forem os seus critérios de arte — quando falta a verdadeira comunhão íntima do poeta e do Universo. Do poeta, através de todos os seus humanos anseios, aspirações, crenças e descrenças; do Universo, em todas as suas verdades, realidades e miragens. Comunhão inefável que é e foi sempre a eterna, a inefável, a alada e absoluta poesia»*.

Foi em 1909, em Lisboa, que Paulo Barretto se fêz amigo de João de Barros e com ele insistiu por que fosse ao Brasil. A viagem só se realizou em 1912. No seu temperamento, nas suas predilecções intelectuais e cívicas, na sua pregação republicana e nacionalista, no seu culto da energia, tudo já preparara João de Barros para admirar e amar a «actividade prodigiosa da sociedade Brasileira», então mal conhecida em Portugal. *«Tanta coisa lera sobre esse lindo país»* — diria ele alguns meses depois em Lisboa —, *«a sua literatura era tão forte e original, a sua civilização transparecia tanto nos seus jornais, nas notícias que de lá me traziam os seus visitantes, e na conveniência que tive com alguns Brasileiros, no estrangeiro e aqui — que me insurgia sempre contra a ideia puramente mercantil, e até às vezes ridicularizadora, que certos ganhões profissionais espalhavam ou fingiam espalhar sobre a nação irmã»*. («A Energia Brasileira», conferência no *Teatro da República*, em Lisboa, em 14 de Novembro de 1912).

Estávamos naquela fase de «o Rio civiliza-se», com transformações materiais rápidas, criação febril, construções entusiásticas, que preparavam o surto industrial de pouco depois, por ocasião da guerra europeia de 1914. Assentes as instituições de 1889 após algumas crises políticas, a Nação «progredia», abrindo janelas e portas a todos os ventos da iniciativa oficial e particular. «Progresso» era a senha maravilhosa que correspondia a um ostensivo ideal das massas, vocábulo que os positivistas haviam, com austera candura, inscrito no pavilhão nacional, depois da palavra «ordem».

Toda gente sentiu o adeus definitivo à fase patriarcal, discreta, dos costumes imperiais (D. Pedro II tivera um desconfiado horror a negócios de bancos e indústrias), entrando-se no período estridente de dinamismo republicano, em breve acelerado por movimentos revolucionários de fundo igualmente democrático. As pequenas capitais provincianas, ainda com a sua feição de irmãs pobres da antiga Corte, começavam a imitar o exemplo da Capital Federal e abriam avenidas, erguiam sobrados, construíam palácios. Ainda assim, insatisfeita, a Nação reclamava contra o analfabetismo dos sertões, contra as endemias, contra o abandono dos planaltos centrais e outras «calamidades». Os orçamentos, devorados pelos novos trabalhos, pela construção de navios de guerra, pelo aumento do funcionalismo, eram de ano para ano insuficientes. Adstrito ao mecanismo da Constituição de 1891, não era sem luta que o Poder Executivo, vencendo a oposição das minorias, obtinha do Congresso a cobertura dos *deficits* inevitáveis, com os «créditos suplementares» que faziam clamar contra «escândalos» e «abusos». Progredia-se! Cresciam as primeiras grandes fortunas de imigrantes de fresca data atirados à maré das vastas lavouras e das indústrias novas, protegidas, estas, por tarifas aduaneiras (que também faziam gritar contra o abuso e o escândalo). O País pagava muito pouco imposto, e poucos o pagavam; mas ninguém o reconhecia. Contraditòriamente, o povo apelava para obras, desenvolvimento da riqueza pública e privado; e murmurava contra as despesas: «é um país perdido». O automóvel fazia a sua aparição (quem diria que aquele modesto fonfonar prenunciava a guerra mundial do petróleo?). No íntimo, o povo estava satisfeito (satisfeito também de ser brasileiro), embora dando arras a um pessimismo superficial, muito mais oratório do que de consciência: «Estamos à beira do abismo». Os empréstimos traziam às arcas do Tesouro o metal que faltava para os empreendimentos internos de grande vulto (era o tal «abismo»); e toda a gente se deliciava com a voluptuosa leitura dos ataques ao Govêrno, acusado de fazer... o que todos esperavam que fosse feito.

Foi esse Brasil tumultuário, confuso, confiante, adolescente e vigoroso que João de Barros descobriu em 1912. Onde estava a indolência do Brasileiro? A preguiça? A inércia? O «mi-dá-licença» amolengado e palerma das imitações prosódicas, do sarcasmo do alfacinha? *«Na arte como na indústria; no jornalismo como na política; na organização de toda a vida social como na simples organização da vida mundana; nos governantes como nos governados, descortina-se a cada instante este carácter comum — a ansiedade de mais e de melhor, e a capacidade de satisfazê-la, sem hesitações»*. Não era o trópico madraço, assaltado por núcleos imigratórios à aventura, era uma nação viril.

Em São Paulo, naquele panorama das primeiras chaminés que se multiplicavam pela várzea do Brás e as colinas do Belenzinho, João de Barros ouviu um director de educação pública, Oscar Thompson, dizer: «/.../ a escola, como a queremos, jamais permitirá a dispersão da fisionomia nacional». E esse mesmo educador paulista mostrava aos professores que é pela escola primária, no convívio da infância e no amor da Língua, que se opera a «assimilação do estrangeiro» (o que equivalia a dizer: a assimilação do estrangeiro à lusitanidade da tradição brasileira). *«Pois um país assim é às vezes apodado de preguiçoso»*, advertia João de Barros naquela conferência.

«Um «dandy» de segunda ordem que, por tomar café na Brasileira do Chiado, julga que conhece o Brasil, observava-me ontem que a minha conferência se devia chamar, não a «Energia» mas «Inércia Brasileira». Lamentável «blague», que corresponde a um vergonhoso equívoco. Lá porque certas exterioridades da vida brasileira têm, como fiz há pouco notar, um aspecto de serena indolência, logo se vai cuidar que essa indolência é uma realidade, e não sòmente uma falsa indicação».

Certo género de prevenção contra o Brasil era tão generalizado quanto a ignorância da nossa impetuosa força em marcha. E João de Barros compreendeu a importância de mostrar em Portugal o que era o Brasil real (diferente do Brasil caricaturado no «brasileiro», no minhoto enriquecido que volta à terra de chapéu panamá, calças brancas e corrente de relógio atravessada no ventre). Porque esse Brasil real não podia deixar de ser motivo de orgulho para os portugueses da Europa: provinha da seiva portuguesa inicial. Que extraordinário tema para novas «palavras sãs»! Tivera enfim diante dos olhos, nítido e tangível, o país com que sonhara, o país da *«espantosa maravilha: a permanente vitória do homem sobre o Mundo»*. Lá estava, no chão americano, na margem ocidental do *«Atlântico Sul, mar da energia portuguesa»*. De uma nação europeia geogràficamente e demogràficamente pequena, pobre, desajudada, saíra aquela nação filial e maior, graças a uns poucos de braços lusitanos que lhe souberam transmitir a vocação da energia e a devoção da continuidade histórica.

Não se pode chamar simplesmente campanha à missão tenaz que de então por diante João de Barros desempenhou na vida intelectual e social portuguesa. Companha Luso-Brasileira, como ele próprio intitulou a série de livros publicados sobre o Brasil — dos quais foram extraídas as páginas deste livro — não exprime tudo. Apostolado, será exacto dizer.

Que Português, de hoje ou de ontem, terá escrito palavras mais ardentes para explicar, com proféticas advertências, o fenómeno luso-brasileiro e atlântico em suas relações com o futuro da nossa civilização? Por essas proféticas advertências,

Conclui na página 6

A lição da "Semana do Ultramar"

Continuação da primeira página

tituições e em todas as manifestações de vida.

Assim, todos temos as mesmas responsabilidades e todos devemos reagir, igualmente, de maneira decidida e voluntariosa, de ânimo inquebrantável, perante as situações que nos criaram e que pretendem continuem, como se fosse possível dominar-nos pela saturação de uma batalha que não nos pode vencer nem convencer, porque, além do mais, atenta contra uma razão histórica, contra um direito de soberania e contra um direito da Nação.

Houve, assim, aso para, mais uma vez, pela voz de espíritos responsáveis e esclarecidos, se enfrentarem, com firmeza, essas nossas responsabilidades perante os problemas da nossa política ultramarina, que a nós compete resolver e decidir.

M. Lopes Rodrigues

As Viagens do Infante D. Pedro

Continuação da primeira página

Rocha Madahil, não alimentam a menor dúvida a tal propósito e, partindo de tais premissas, arquitectam as mais fantasiosas construções, levantadas sobre areia. Ora vejamos, com um naquinho de paciência.

1423 — A presença do Infante em Penela seria atestada por documento de 5 de Fevereiro e em 3 do mês de Março, provàvelmente também na mesma vila, por documento desta data, de um cartulário do Cabido de Coimbra.

1425 — Julga o sr. Madahil publicar pela primeira vez dois documentos de 15 de Junho de 1425 que, segundo o mesmo senhor, demonstram a presença física de D. Pedro, naquela data, em Lisboa. O primeiro, de doação dos casais da Chainça (e não da Chunça, *como escreve o sr. Madahil) e do Carvalhal, hoje Carvalhal de Santo Amaro e minha terra natal; o segundo, de doação do lugar de Cernache de Bonjardim, todas ao governador da sua casa, o cavaleiro A'lvaro Gonçalves de Ataíde. (Cito pela* Chancelaria de D. Afonso V, *que merece mais crédito que o cartulário de Coimbra, liv. 28, fl. 65v. e livro 34, fl. 104v.. Estes instrumentos foram confirmados por carta de D. Duarte, de 3 de Dezembro de 1433).*

1423 — Compromisso de D. Pedro de uma capela no mosteiro de Odivelas, por alma de sua mãe e rainha D. Filipa, feito em Lisboa em 19 de Junho de 1425. (Cito: Torre do Tombo, Gavetas, 16-1-5, cota que o sr. Madahil ocultou aos leitores).

1425 — Em 26 de Outubro, segundo documento firmado em Aldeia Galega, não estava o Infante presente no Reino, tendo deixado o governo das suas terras ao Infante D. Fernando, donde se conclui que iniciaria antes desta data e depois de 19 de Junho as suas famosas viagens. (O documento foi publicado pelos Monumenta Henricina, *III, p. 103, volume acabado de imprimir em 25 de Setembro de 1961, anterior, portanto, à publicação do* Arquivo. *O documento de 5-2-1423 fora também publicado no mesmo volume, p. 47, com a data de 10 (?) de Fevereiro).*

Concluiu o sr. Madahil, concluiu o comentador de Monumenta Henricina *que em 1425 apenas começou o Infante o seu peregrinar e que em 1423 se encontrava ainda em Penela e portanto no Reino. Todavia...*

Todavia em 20 de Julho de 1426 era datada em Sintra uma carta de privilégios, a pedido de D. Pedro, para os seus 65 lavradores de Vila Nova de Anços e para os 35 do lugar de Anobra (Torre do Tombo, Místicos, liv. 3, fl. 203), documento que o sr. Madahil desconhece ou não quis citar por contrariar frontalmente a sua tese. Este facto incontroverso, dado que o Infante se ausentara do Reino antes de Outubro do ano anterior, para uma viagem de três anos, segundo o Cronista Zurara, leva à conclusão de que, desde que os documentos expressamente o não declarem, não é de concluir, como vulgarmente se faz e o sr. Madahil com uma precipitação particular, pela presença física de D. Pedro em Penela em 1420 (quando ali foi feito o tombo das suas propriedades), ou em 1423 ainda na mesma Vila e em Lisboa.

Dado que assim tenha fatalmente de ser, não se vê por que motivo não há-de ter razão Oliveira Martins, quando escreve que «logo no ano de 1419 o infante foi com o imperador Sigismundo na sua campanha contra os hussitas», juntamente com Erik, rei da Dinamarca, segundo o testemunho transcrito dos Rerum Ungaricarum. *(Cfr.* Os Filhos de D. João I, *1891, p. 91). As andanças do Infante nesta época pelo País não estão claramente documentadas de sorte a excluir o facto de uma viagem anterior à de 1425, nem a data limite a* parte ante *de 1418. Por outro lado, a doação da marca de Treviso a D. Pedro, em Fevereiro de 1418, pelo Imperador da Alemanha, supõe, nos termos em que está feita, conhecimento directo do Infante português da parte de Sigismundo e é estranho que apenas mais de sete anos depois D. Pedro se tenha dignado aparecer em seu serviço...*

De qualquer modo, o problema apenas pode ser julgado simples pelos simplistas e por quantos só muito levianamente se dignam abordá-lo. Para os estudiosos sérios, mesmo ou sobretudo depois dos profundos esclarecimentos do articulista do Arquivo do Distrito de Aveiro, *continuará aberto largo campo à investigação e longo caminho a percorrer até que o problema fique claro. Ou não será assim?!*

Padre António Brásio

RECORDANDO OUTROS TEMPOS...

— Continuação da primeira página —

ção, nos princípios do século, dos modernos estados liberais. Como Maurrass ele representava uma reacção contra o liberalismo, sistema político-social inorgânico, tudo fazendo depender, na ordenação da vida do Estado e da Nação, da livre iniciativa do homem.

Maurrass era o homem do pensamento, o filósofo construtor da nova concepção; Daudet o homem da acção, o seu executor e defensor na pugna jornalística.

Como propagandista da nova escola, combativo e vibrante, nas pugnas da Imprensa excedia-se no ataque, como vítima era também dos excessos críticos dos adversários. Então, querendo minimizar o sistema liberal, porque era o sistema vigente no século, qualificava este de *estúpido* — estúpido porque trocava o esforço e as soluções da inteligência pelo critério instintivo das massas inconscientes ou iletradas.

Os opositores caíam, por outro lado, em iguais excessos, chamando ao século XIX o *século das luzes*, visto, em seu entender, tudo o que ficava para traz ser treva, como a treva milenária medieval.

A verdade, porém, como já o proclamavam os romanos, estava no meio termo, fugindo dos extremos, sempre precipitados e perigosos.

O que é justo dizer-se é que o século XIX foi notável em todas as manifestações da Inteligência, na Ciência, na Arte, na Cultura.

Portugal sentiu-o, e largo contributo deu para o renome do século. Na Ciência e no Pensamento não foi tão alto, mas na Arte, em todos os seus géneros — na Literatura, na Pintura, na Escultura, na Caricatura, no Teatro, subiu a alturas que nos permitia hombrear com os maiores do tempo.

Na Literatura — proza e verso — os grandes do Romantismo — Herculano, Garrett, Castilho, como os do Realismo, Eça e Ramalho; e o grande Camilo — misto de romântico e de realista —; na Escultura, Soares dos Reis, Teixeira Lopes; na Caricatura, Rafael Bordalo; no Jornalismo, Navarro, Chagas, Mariano de Carvalho; na Oratória sagrada, António Cândido, Alves Mateus e Alves Mendes, Ayres de Gouveia e Eduardo Nunes, como, na profana, ou na tribunícia, o nosso José Estêvão e António José de Almeida, ou na parlamentar e académica os mesmos, e João Arroyo, Alpoim, Alexandre Braga, Cunha e Costa, etc., etc.; na Pintura, Columbano, Salgado, Malhoa.

Notável, sem dúvida, esse século. Ninguém o pode negar.

No Teatro, Taborda, António Pedro, que espantou os *Coquelins* pelo seu trabalho no Hamlet, no papel de coveiro, os dois Rosas, Brazão e, entre as mulheres, a Rosa Damasceno, a Virgínia, a Ângela, a Adelina Abranches, a Lucinda Simões, mãe da Lucília agora falecida.

Todas essas figuras, as de mais recente data, no meu tempo, andaram ou passaram por Coimbra, ou foram académicos ou aplaudidos em delírio por académicos coimbrãos. Os grandes das letras, desde Camões a António Nobre ali deixaram rasto luminoso do seu génio e vários dos grandes do Teatro, como Ferreira da Silva, ali revelaram a sua vocação, quando estudantes.

Lucília Simões, ainda quase na adolescência, vi-a ali, na «Casa da Boneca», do frígido Ibren, teatro de tese, em que ela se estreou no papel de Nora.

Teve boa Mestra, sua mãe, Lucinda Simões, mas não chegou às alturas desta. Recordei Coimbra a propósito de Lucília, por nessa época, essa terra ser cruzeiro certo dos grandes da Inteligência e da Arte, onde vinham então, os do Teatro consagrar-se, firmar reputações, fazendo o seu debate.

Hoje já é sepulcro o Teatro?

Não, mas onde a ressurreição desse tempo glorioso? Que ressuscite. A Colaço Mãe, uma grande realidade ainda. A Colaço, Filha mais que esperança já deixou de ser, porque é uma realidade e outros, esperança também.

Querubim Guimarães

Litoral Informa

SERVIÇOS DE SAÚDE

Hospital da Santa Casa = Telef. 22133
Casa de Saúde da Vera-Cruz = Telef. 22011
Auto-ambulância = Telef. 22122

FARMÁCIAS DE SERVIÇO

Sábado
CENTRAL = Telef. 23870
Rua dos Mercadores, 12

Domingo
HIGIENE = Telef. 22680
R. de Vicente de Almeida d'Eça
Esgueira
MODERNA = Telef. 23665
R. dos Comb. da G. Guerra, 108-110

Segunda-feira
ALA = Telef. 23314
Praça do Dr. Joaquim Melo Freitas

Terça-feira
MORAIS CALADO = Telef. 23949
Rua de Coimbra, 13

Quarta-feira
AVEIRENSE = Telef. 23 865
Av. do Dr. Lourenço Peixinho

Quinta-feira
SAÚDE = Telef. 22569
Rua de S. Sebastião, 108

Sexta-feira
OUDINOT = Telef. 23644
Rua do Eng.º Oudinot, 328

Junta Autónoma do Porto de Aveiro

Recebemos os relatórios do Presidente da Comissão Administrativa da Junta Autónoma do Porto de Aveiro, em que se descrevem e justificam as contas da gerência do ano económico de 1961, e do Engenheiro-Director do Porto de Aveiro, sobre as obras realizadas durante o mesmo ano.

São dois documentos muito notáveis e sobejamente elucidativos, através dos quais se revela uma actividade incessante de excepcional importância, sem dúvida meritória e consoladora.

Como no primeiro deles se afirma, o porto de Aveiro, sendo um porto «novo», pode alcançar em breve uma posição de relevo entre os principais portos de pesca do País.

Os relatórios merecem a cuidada atenção dos estudiosos dos problemas portuários. Todos os aveirenses cultos, e em especial os de qualquer modo ligados às actividades do porto de Aveiro, devem lê-los com interesse. Quanto a nós, folgamos de os aplaudir e não nos dispensaremos de fazer-lhes mais largas referências.

Pela Mocidade Portuguesa

Acampamento Distrital

Realiza-se de 21 a 24 do corrente, na Praia da Torreira, o II Acampamento Distrital, no qual estarão presentes 60 filiados das Alas de Aveiro, Águeda e Espinho.

Centro de Natação da M. P.

Acaba de ser criado em Aveiro o Centro Especial de Natação n.º 5, sob a direcção do Assistente Carlos Alberto de Moura Baptista Coelho.

Os interessados na frequência devem inscrever-se na Delegação Distrital, durante o dia, ou, à noite, na Casa da Mocidade.

Pela Capitania

Movimento Marítimo

Em 8, com destino a Lisboa, saiu o navio-tanque Sacor, *em lastro, e para Faro, com sal, saiu também o galeão a motor* Primos.

Em 9 procedentes dos Bancos da Terra Nova e de Setúbal, respectivamente, entraram a barra o arrastão Santo André, *com cerca de 19 000 quintais de bacalhau fresco, e o galeão a motor* Praia da Saúde, *com cimento.*

Em 10, vindos da Groenlândia e Lisboa, demandaram a barra o navio-motor alemão Mellum, *com bacalhau fresco, e o navio-tanque* Sacor, *com gasolina e gasóleo, e saíram para o Porto e Terra Nova, o galeão-motor* Praia da Saúde *e o navio-motor alemão* Vest Recklingausen.

Em 11, vindo de Safi, entrou o lugre-motor Jaime Silva, *com gesso, e para Lisboa, em lastro, saiu o navio-tanque* Sacor.

Acção Cultural das Fábricas Aleluia

«A Acção Cultural das Fábricas Aleluia leva a efeito, pelas 21.30 horas da próxima sexta-feira, dia 22 de Junho, no seu salão de festas, uma conferência proferida pelo sr. Eduardo Cerqueira e subordinada ao tema «Aspectos e História de Aveiro Antigo».

A conferência será devidamente ilustrada com fotografias adequadas, cedidas pela Câmara Municipal, e que serão expostas com alguns dias de antecedência.

Reuniões de antigos estudantes

● *Reuniram-se há dias em Aveiro 35 antigas educandas do extinto e afamado Colégio de Santa Joana Princesa, que funcionava no Convento de Jesus.*

Na igreja do mosteiro, o sr. Padre José Bollino celebrou missa por alma das professoras e alunas falecidas e proferiu uma emocionante alocução.

As senhoras presentes, representantes de vários cursos, terminaram a sua simpática festa de confraternização com um almoço, no Lar de Santa Joana, que decorreu muito animadamente.

● *Amanhã, reune-se nesta cidade o curso do 7.º ano de Ciências do Liceu Nacional de Aveiro, do ano de 1918-1919.*

Dele fazem parte, entre outros, a sr.ª Dr.ª D. Eulália Balacó, reitora do Liceu de Carolina Michaelis, do Porto, e os srs. Drs. Adozindo da Providência, Alberto Costa, Jaime Portugal e Manuel Roldão e o nosso amigo sr. Joya de Noronha.

Festival Folclórico em Esgueira

Amanhã, pelas 22 horas, a Casa do Povo de Esgueira promove na Alameda 31 Janeiro (Outeiro), um Festival Folclórico com a participação dos três agrupamentos aveirenses — «Rancho das Salineiras», «Grupo Folclórico das Tricanas de Aveiro» e «Grupo Folclórico da Casa do Povo de Esgueira»

«Festas dos Pobres», em A'gueda

No presseguimento de uma série de realizações destinadas a angariar fundos para a construção do Centro de Formação e Assistência Social de A'gueda, também este ano se realizam naquela vila as já tradicionais «Festas dos Pobres», que se iniciaram já em 1952.

O programa geral das festas engloba os seguintes números:

Hoje, dia 16 — *Dia da «Famel»*, numa festa de bom nível artístico com a colaboração de Mara Abrantes, «Conjunto sem Nome», Marina Neves e outros artistas do «Cancioneiro de Águeda.

Dia 18 — *1.ª Noite de Ranchos*, espectacular certame folclórico, com a exibição do consagrado «Santa Marta de Portuzelo», de Viana do Castelo, e do mais fiel intérprete dos cantares e danças do concelho de Águeda «Cancioneiro de Águeda».

Dia 20 — *Noite das Crianças*, com a deliciosa peça «O Lindo Sonho de Claudina» e um formoso acto de Variedades com danças e bailados.

Dia 21 — *2.ª Noite de Ranchos*, num animado despique entre o «Regional do Cabo», de Assequins, e o «Infantil Flores da Mocidade», de Paredes, Águeda.

Dia 23 — A Firma «Amaro, Oliveira e Figueiredo, L.da», em colaboração com a *Robbialac* oferecem, um espectáculo com Fernando Farinha («O Miúdo da Bica»), e o «Trio Los Ibéricos», à frente de um grupo de artistas populares.

Dia 24 — *Noite da mocidade, noite de S. João*, num divertido programa em que actua o conjunto de estudantes «Os Ramons», e um interessante concurso de canções.

Todos os espectáculos principiam às 22 horas.

Soldados no Ultramar

Na terça-feira passada, 12 do corrente, pelas 19 horas, o sr. Padre Mário Bacalhau celebrou missa, na Sé Catedral, rogando a protecção de Santa Joana Princesa para os soldados que prestam serviço no Ultramar em defesa da Pátria.

Assistiram, com os seus estandartes, muitos filiados da Mocidade Portuguesa.

Na mesma igreja e à mesma hora, continuará a celebrar-se missa, por aquela intenção, no dia 12 de cada mês.

Baixas das Forças Armadas em Angola

Do Secretariado Geral da Defesa Nacional, Serviço de Informação Pública das Forças Armadas, recebemos, com o pedido de publicação, a seguinte nota:

«Certos orgãos da Imprensa e da Rádio estrangeiras têm difundido notícias fantasistas, sem qualquer fundamento, relativas às baixas registadas nas Forças Armadas Portuguesas na Província de Angola em virtude das acções levadas a efeito por elementos terroristas.

A fim de esclarecer o público em geral publica-se a estatística das baixas havidas naquela Província no período que se estende do início do combate ao terrorismo até à presente data.

Deve acentuar-se que na rúbrica «acidentes de viação» estão incluidos todos os acidentes ocorridos com viaturas automóveis civis e militares.»

Baixas / Causa	Ramo das Forças Armadas			Total geral
	Exército	Armada	Força Aérea	
1. *Oficiais:*				
Combate	9	—	1	10
Acidentes de viação	2	—	—	2
Acidentes de aviação	8	—	7	15
Outros acidentes	1	—	—	1
TOTAL	20	—	8	28
2. *Sargentos:*				
Combate	18	—	—	18
Acidentes de viação	5	—	—	5
Acidentes com armas	3	—	1	4
Acidentes de aviação	—	—	4	4
Doença	4	—	—	4
TOTAL	30	—	5	35
3. *Cabos e soldados:*				
Combate	132	—	2	134
Acidentes de viação	43	—	—	43
Acidentes com armas	17	1	1	19
Outros acidentes	16	1	2	19
Doenças	7	1	—	8
Acidentes de aviação	—	—	3	3
TOTAL	215	3	8	226
TOTAL GERAL	265	3	21	289

Nota — As baixas indicadas foram objecto de publicação nominal oportuna nos orgãos de informação do público.

Secretariado Geral da Defesa Nacional, 8 de Junho de 1962.

O Chefe do Serviço de Informação Pública das Forças Armadas

a) *Jacinto Neto Milheiriço*
Capitão de Mar-e-Guerra

Tipografia «A Lusitânia»
Rua de Homem Cristo — AVEIRO

«Semana do Ultramar»

★ Na Escola Central de Sargentos

Integrada nas celebrações da «Semana do Ultramar», realizou-se, no passado dia 6, com início às 21 horas, na Escola Central de Sargentos, uma sessão dedicada às províncias de Timor, Angola, Moçambique e do Estado da Índia.

A sessão teve lugar no vasto salão do cinema da Escola, repleto de alunos, professores e suas famílias, sargentos e praças daquele estabelecimento de ensino. À ela presidiu o Comandante da Escola, sr. Tenente-coronel Pinho e Freitas, ladeado pelo 2.º Comandante, sr. Major Macedo Pereira, e pelo professor da cadeira de Geografia, sr. Capitão de Cavalaria Luís Leite Ferreira.

Abriu a sessão, em nome do sr. Tenente-coronel Pinho e Freitas, o sr. Capitão Leite Ferreira, que justificou a razão de ser da «Semana do Ultramar» e agradeceu aos alunos que consigo colaboraram na realização daquele acto.

Em seguida, usou da palavra o aluno 1.º Sargento Alberto de Sousa, que falou, numa interessante exposição, sobre a nossa minúscula província de Timor.

Seguiu-se o alnno Sargento-ajudante-piloto João Manuel Mendes Vítor, que dissertou sobre vários problemas de Moçambique, principalmente os de natureza económica e social.

Após um curto intervalo subiu ao palco o aluno, 1.º Sargento-piloto José Serafim da Encarnação Pinto, que falou da situação em Angola, principalmente das acções ofensivas contra o terrorismo e da eficácia do movimento psico-social e justificou a razão da lealdade que as gentes nativas de Angola constantemente manifestam a Portugal.

Por último, a encerrar a sessão, usou da palavra o aluno, 1.º Sargento de Cavalaria Armindo Santos, que dissertou, em trabalho de fundo, sobre a evolução histórica do Estado Português da Índia, desde a sua fundação, em 1505, até aos nossos dias, comparando, com emoção, a vida em Goa com a da União Indiana, acabando por, com elevação, prestar sentida homenagem à memória dos que em todas as eras souberam morrer na Índia por Portugal, momento que toda a assistência, de pé, glorificou.

Todos os oradores receberam aplausos.

No final, o sr. Tenente-coronel Pinho e Freitas, manifestou a sua satisfação pelo acto que acabava de se realizar e que, disse, não tinha paralelo na Escola Central de Sargentos. Agradeceu, por último, a colaboração do sr. Capitão Leite Ferreira e dos alunos que contribuiram para o êxito da sessão.

★ Na Escola Feminina da Glória

Celebrou-se nesta escola, em 9 do corrente, a «Semana do Ultramar».

Foram oradoras as professoras estagiárias sr.as D. Alcina Cachim Parracho, que desenvolveu o tema «Acção Missionária no Ultramar» e D. Eduarda Montegro de Sá Araújo, que dissertou sob o tema «Portugal é assim».

Fizeram recitativos as alunas: Ana Maria Pais Sampaio — «A Bandeira» — poesia do Dr. Oliveira Salazar; Anabela Tavares — «O Mar Salgado» — de Fernando Pessoa; Fernanda Gomes de Melo — «O Infante D. Henrique» — de Fernando Pessoa; Maria da Conceição Ventura da Silva «Domingas»; Maria Ivone Roncon (goesa) — «Mar-Alto» — de Barata da Rocha; Maria Edite Roncon (goesa) — «Casa-Feia» — de Raimundo Soares; Maria Manuela Duarte — «D. Henrique» — de Afonso Lopes Vieira.

Colaboraram na preparação dos recitativos e canções todas as professoras estagiárias e dirigiu superiormente a sessão a directora da escola, sr.a professora D. Olinda Miguéis Bernardo.

★ Na Legião Portuguesa

Por iniciativa do Comando do Batalhão n.º 7 da Legião Portuguesa, efectuou-se no domingo uma reunião integrada no ciclo de manifestações da «Semana do Ultramar» promovida pela Sociedade de Geografia de Lisboa.

Presidiu à Sessão, que se realizou no salão do Comando Distrital, o sr. Dr. Fernando Marques, tendo a seu lado o sr. Comandante José Mortágua e a oficialidade do Terço de Aveiro. Noutros lugares viam-se os restantes graduados e elementos do segundo escalão da referida unidade legionária.

No decurso da reunião, que decorreu em ambiente de grande exaltação patriótica, o sr. Dr. Fernando Marques apresentou um trabalho, em que versou o tema *A Vocação Ultramarina dos Portugueses e o «Sentido Irreversível da História»*.

★ No Centro de Estudos Político-Sociais da L. P.

O Centro de Estudos Político-Sociais reuniu-se na passada quarta-feira, a fim de ouvir uma conferência do sr. Dr. Manuel Granjeia, sobre «O HUMANISMO DAS DESCOBERTAS».

Presidiu o sr. Coronel Diamantino do Amaral, ladeado pelo conferencista e pelo sr. Dr. Querubim Guimarães, vendo-se na assistência, entre outros, os srs. Coronel Vasconcelos e Sá, Comandante da Base Aérea de S. Jacinto; Dr. Orlando de Oliveira, Reitor do Liceu de Aveiro; drs. José Maria Rodrigues e João de Almeida, subdelegados do I. N. T. P.; drs. Paulo de Miranda Catarino, Manuel e Carlos Manuel Candal, e José Maria Raposo, Padre António Resende; Tenente Joaquim Luzio, em representação do Capitão do Porto; e Arquitecto Lúcio Estrela Santos. Fez a apresentação do conferencista o sr. Dr. Fernando Marques.

No final da exposição do sr. Dr. Mannel Granjeia houve um debate em que intervieram os srs. drs. Querubim Guimarães e Carlos Candal e o orador. Depois de encerrada a sessão com algumas palavras do sr. Coronel Diamantino Amaral, foram projectadas diversas películas sobre as províncias do Ultramar.

Agradecimentos

João Gamelas

A família de João Gamelas, na impossibilidade de agradecer pessoalmente a todas as pessoas que manifestaram o seu pesar pelo falecimento do seu querido pai, vem por este meio apresentar os seus protestos de sincera gratidão.

Maria da Conceição Gamelas
Carlos Alberto Gamelas

António Pereira Campos

A família de António Pereira Campos vem, por este meio, agradecer a todas as pessoas que se associaram à sua dor e a quantos se incorporaram no funeral do saudoso extinto.

Aveiro, 15 de Junho de 1962.

Ana da Cruz

A família de Ana da Cruz na impossibilidade de pessoalmente agradecer a quantos se associaram à sua dor e acompanharam a saudosa extinta à sua última morada, vem fazê-lo por este meio, a todos significando o seu profundo reconhecimento.

FAZEM ANOS

Hoje, 16 — A sr.a D. Maria de Lourdes Amorim dos Reis Loureiro, esposa do sr. Armindo dos Santos Loureiro; os srs. Fernando de Sousa Brandão, Chefe de Secretaria do Tribunal do Trabalho, e António Fonseca; e as meninas Maria Amélia Pereira Campos Amorim, filha do sr. Joaquim Adriano de Almeida Campos Amorim, Anabela da Maia Valente, filha do sr. António Aníbal Valente, residente em Gabela (Angola) e Margarida Lopes Ferreira.

Amanhã, 17 — A sr.a D. Adelaide Duarte Silva Gaspar, esposa do sr. Major João José Figueiredo Gaspar; o srs. Coronel-aviador António Dias Leite e Eng.º Mário dos Reis Antunes Vaz; a menina Maria Helena Ferreira de Carvalho, filha do Sargento sr. Manuel de Carvalho; e o menino Manuel dos Santos Martinho, filho do sr. António Martinho Ferreira.

Em 18 — A sr.a prof.a D. Cremilde Pereira Vaz Pinto; o sr. João Ventura Rodrigues da Paula; a menina Zulmira da Conceição Ferreira, filha do sr. Albano Ferreira; e os meninos José Artur Velhinho Carvalho, filho do sr. Artur Pereira Kress de Carvalho, e Ricardo Jorge Fino de Figueiredo, filho do sr. António Bernardino Torres Figueiredo.

Em 19 — As sr.as D. Ilda Taborda, esposa do sr. Conselheiro Dr. Anselmo Taborda; e D. Elisete Ferreira Martins, esposa do sr. Manuel Nunes Pinhão; o sr. João Rafeiro Costa; e a menina Maria Isabel, filha do sr. Artur Cunha.

Em 20 — Os srs. Dr. José Arnaldo de Quina Ferreira, médico em Albergaria-a-Velha, Eng.º Armando António Pereira da Cunha, Manuel Rodrigues da Silva e Delmiro Henriques de Almeida, de Vale de Cambra; e a menina Maria José Azevedo Alves Novo, filha do sr. Augusto Alves do Novo Júnior.

Em 21 — A sr.a D. Graciete Almeida Freitas, esposa do sr. João Máximo Freitas; o sr. José Laranjeira Marques; e as meninas Ana Maria Machado de Andrade Piçarra, filha do sr. António Mendes de Andrade Piçarra, e Maria da Conceição Andias Breda, filha do sr. Eugénio Samico Cunha Breda.

Em 22 — As sr.as D. Maria Helena Farto Ramos de Vaz Duarte, esposa do sr. Capitão Avelino Tavares Vaz Duarte, e D. Maria da Glória Morgado, esposa do sr. Tenente João da Silva Avelino, ausentes em Luanda; o sr. Tenente Fernando Caldeira Bettencourt; e a universitária Maria Adelaide Ramos, filha do saudoso Aníbal Ramos.

CASAMENTO

No penúltimo domingo, dia 3, na igreja paroquial de Ílhavo, realizou-se o casamento da sr.a professora D. Sílvia Damas da Silva, filha da sr.a D. Maria Emília de Jesus Damas, com o sr. José António de Oliveira Dias, filho da sr.a D. Emília de Oliveira Dias e do industrial sr. José André da Paula Dias.

Foi oficiante o Rev.º Padre Sebastião, Coadjutor da Freguesia de Ílhavo, tendo servido de padrinhos a sr.a D. Maria da Rocha Dias, tia do noivo, e o sr. Dr. Edgar Panão, que foi professor da noiva na Escola do Magistério Primário.

Ao novo lar desejamos as maiores felicidades

Chefe da Secção de Finanças

Em comissão de serviço, encontra-se presentemente a chefiar a Secção de Finanças de Aveiro o nosso conterrâneo sr. Amadeu Pinto dos Reis.

Salvé o dia 20-6-1962

Completa no próximo dia 20 do corrente o seu 80.º aniversário o sr. Manuel Rodrigues da Silva, da Costa do Valado.

Por tal motivo, seus filhos, filha, noras, genro e netos apresentam-lhe sinceros votos de muitos parabéns e desejam-lhe que esta data se repita por longos anos.

João de Barros, Lusitano de todos os Mares

Continuação da segunda página

afinal ouvidas e aceitas, a lição de João de Barros transcendeu do simples entusiasmo pelo humano, pelo social, pelo artístico ou pelo paisagístico do Brasil. Ampliou-se em anunciação histórica. *«Quando, um dia, um estadista português compreender que o futuro de Portugal, estando directamente ligado ao desenvolvimento das nossas colónias, está ligado também e estreitamente, a um bom e leal entendimento com o Brasil — porque só esse entendimento nos poderá dar predomínio económico sobre o Atlântico, «mare nostrum» — caminho único da nossa ambição e da nossa possível expansão; quando esta concepção elementar inspirar a nossa política externa — teremos entrado de vez numa hora de vitoriosas realizações nacionais»* — escrevia ele em 1921 («Sentido do Atlântico). Acrescentava com a coragem de sempre: *«Mas que esse dia não demore muito: — corremos o risco de não nos deixarem ocupar o lugar que nos pertence na amizade do Brasil. E acreditem: não será o nativismo brasileiro o nosso pior inimigo. Outros haverá, mais poderosos. E, entre todos eles, sobranceiro a todos, o nativismo português — indolência profunda, ignorância indesculpável...»*

O entusiasmo de João de Barros pelo Brasil foi recebido primeiramente com cepticismo. Com certeza ele exagerava ao falar daquele «prodigioso desenvolvimento material e intelectual. «Nem se percebeu, a princípio, que nesse louvor do Brasil havia o mais puro patriotismo português. Parecia um propagandista; era só um amoroso da obra dos seus maiores e dos descendentes de além-mar. (Precisamente o que se deu com Paulo Barreto cujo nacionalismo brasileiro lhe impunha o culto de Portugal).

E quando, em 1915, João de Barros forjou para esse entusiasmo o adequado instrumento de acção, fundando a inesquecível revista «Atlântida», escrevia-lhe o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, para louvar-lhe a iniciativa, mas aludindo à sua «admiração, exuberante e sugestiva (ia a dizer adsorvente), pela grande nação brasileira».

Absorvente, de resto, é bem a palavra que cabe empregar para o apostolado de João de Barros, desde aqueles remotos dias até hoje, sem uma falha, um desânimo, uma dissonância ou a deserção de um só dia. A «Atlântida», que durou cinco anos, foi o primeiro largo capítulo nessa vida nova, instaurada por João de Barros e Paulo Barreto nas relações luso-brasileiras. O que se fez depois resulta desses primeiros impulsos, desse rasgar de horizontes, desse restabelecimento de compreensão afectiva da cultura comum, dessa verdadeira aproximação de espíritos de que a «Atlântida» foi o fluido animador e contagioso.

Até então, é bem claro que a massa brasileira conhecia o «Amor de Perdição» e muito de Camilo, quase todo o Eça de Queirós, bastante do delicioso Júlio Dinis. Tanto «O Crime do Padre Amaro» como «A Morgadinha dos Canaviais» eram livros vulgarizados em diversas camadas de leitores. Por outro lado, em Portugal imprimiam-se os livros de Coelho Neto e sabiam-se de cor alguns sonetos de Olavo Bilac (pouco mais tarde a voga iria para Catulo da Paixão Cearense...)

Mas todos esses conhecimentos, feitas as contas, não passavam de superfícies limitadas. Ter lido «A Brasileira de Prazins» e não se interessar pela obra civil e militar dos Portugueses contemporâneos em Angola ou Moçambique é muito pouco. Muito pouco é também recitar «O Marroriro» com pronúncia brasileira imitada e, no fundo, acreditar que o Brasil é o inferno dos Portugueses, como o leitor apressado pode deduzir de algumas páginas do romancista Ferreira de Castro, que aliás teve a intenção de dizer outra coisa, isto é, protestar contra a exploração do labrego ingénuo e analfabeto pelos agentes de emigração nas próprias terras portuguesas.

A verdade, em que pese à efusão amável dos discursos de cortesia em mesas de banquete, é que, quando João de Barros iniciou a sua campanha, a maioria em Portugal não tinha ideia nenhuma do Brasil, mesmo e principalmente nas classe cultas, a não ser ideias falsas e, não raro, caricaturais. A este Lusitano de todos os mares é que devemos o início de uma esclarecida curiosidade, fecunda e fraterna, pelo nosso país; como também a Paulo Barreto, pela mesma época, no Brasil, é que devemos a primeira boa, veemente constante e eficaz campanha de simpatia pelos Portugueses, vindo a extinguir-se logo depois o ciclo retórico do mata-galego.

João de Barros e Paulo Barreto, com as simples palavras que de começo parecem palavras ao vento, verbiagem de interesseiros ou aduladores, lançaram as bases de tudo o que veio mais tarde — e eu ia dizer recentemente. Falar de Portugal e Brasil depois de 1910, nisto de compreensão e solidariedade, aproximação, contra-ofensiva lusófila, futuro da civilização ibérica, sentido do Atlântico ou o que seja, é pronunciar, antes de quaisquer outros, estes dois nomes: Paulo Barreto e João Barros.

Aquele duas vezes brasileiro, porque, ainda uma época de lusofobias esporádicas ou obstinadas, aparentes ou encobertas, compreendeu o que representa para o Brasil o valor e a posição de Portugal no Mundo; este, duas vezes português, porque combateu o vaidoso preconceito reinol, o complexo de superioridade esparso no ambiente português, no segredo da alma de tantos Portugueses (não dos da massa, mas dos finos e dos doutorais); convenceu muita gente do seu País do malicioso erro de pensar que no Brasil não haveria verdadeiramente nem cultura, nem progresso, nem civilização»; indicou os meios de se criar *«entre as duas repúblicas a intimadade de relações que a língua, as tradições os costumes, a sensibilidade e a idêntica inspiração latina das suas civilizações irmãs naturalmente suscitam e impõem»*; reclamou iniciativas que acabaram por ser postas em prática (viagem de um Chefe de Estado português ao Brasil, criação de uma cadeira de estudos brasileiros na Faculdade de Letras de Lisboa, divulgação de livros brasileiros em Portugal, etc. etc., etc.); insurgiu-se contra o murmurado receio de uma nefasta influência brasileira em Portugal ou, até mesmo, da sua absorção por remoto e fantástico imperialismo brasileiro; fez ver, enfim, que tudo quanto o Brasil viesse a ser, no continente americano ou no Mundo, só o poderia ser em proveito material, moral e político de Portugal; e que, se é bom ser português, muito melhor é ser português mais a consciência de quanto o Brasil é uma projeção da energia portuguesa «em marcha vertiginosa para o futuro».

Tão poucos anos decorridos, e que mudança nos espíritos, no Rio e em Lisboa! É lícito supor que nada do que depois se fez, nada do que, exultantes, vemos agora — sobretudo, como e quando se fez —, nada teria sido possível tão fàcilmente sem a campanha espectacular e audaciosa daqueles dois rapazes que um dia, em 1909, se encontraram em Lisboa e descobriram que seus ideais nacionalistas eram paralelos e complementares; só podiam bem servir a própria terra com os olhos postos em toda a extensão e em ambas as margens do mesmo mar: *«Atlântico Sul, mar da energia portuguesa»*. (Não será permitido dizer, neste fim de 1944, que é também agora o mar da energia brasileira, tinto do nosso sangue?)

Só aos Brasileiros que de há muito conhecem Portugal será possível avaliar toda a nossa dívida de gratidão para com esse generoso, fiel, intemerato e grande João de Barros.

Diante do vitorioso cantor da alegria e da energia; do lidador profético da aproximação luso-brasileira em trinta anos de actividade incansável; do virtuoso e nobre cidadão lusitano, — não nos basta estender a mão agradecida. Não basta dizer «obrigado» e logo esquecê-lo na hora de colher novos resultados de uma obra que ele preparou, pela inteligência, pelo ardor, pela sinceridade e pela constância no combate a antigas indiferenças e prevenções.

Se amanhã pusermos a sua imagem, em bronze, numa praça pública e o seu nome numa avenida em face do oceano, não lhe haveremos dado muito em troca do que nos deu a nós.

Ele prefere aliás, que o tenhamos apenas, carinhosamente, dentro do coração. É onde o tem, de longa data, certo praiano de Santos («cidade tradicional da amizade luso-brasileira»), que hoje costuma vê-lo, de cabelos brancos, elegante, pequeno, nervoso, com o seu clássico monóculo, descer à tarde o Chiado e parar na vitrina do editor Sá da Costa. E que não o pode ver sem pensar comovido, à maneira de um silencioso beijo fraterno: — Menino da Figueira da Foz...

Ribeiro Couto

Secretaria de Estado da Aeronáutica

Base Aérea n.º 7

Admissão de Pessoal Civil

Faz-se público que se acha aberto concurso, pelo prazo de 10 dias a contar da data da publicação deste anúncio, para provimento de uma vaga, na Base Aérea n.º 7, de cosinheiro de 1.ª classe do Quadro de Pessoal Civil da Secretaria de Estado da Aeronáutica.

— Os concorrentes deverão possuir como mínimo de habilitações literárias — o 2.º grau do ensino primário.

— Ter mais de 18 anos e menos de 35 há data de admissão.

— Ter cumprido o serviço militar obrigatório.

As restantes condições encontram-se patentes na Secretaria do Comando desta Base.

Base Aérea n.º 7 em S. Jacinto (Aveiro, 14 de Junho de 1962.

O chefe da Secretaria,

a) Hermínio Dias Sábio

Tenente

FRENTE PATRIÓTICA

Rectificação ao que se publicou em 9-VI-62, no «Litoral» sob a epígrafe «Frente Patriótica»

Escrevemos e publicou-se:

«Em 24-VI-1959 a habitação do sr. Alfredo Marques Malícia, na vila de Estarreja, foi ilegalmente invadida por empregados da Câmara de Estarreja, que, na execução de ordens do respectivo Presidente, entulharam o poço de abastecimento de água.»

Não se passaram assim as coisas. Rectificamos: Naquele dia o poço foi mandado entulhar por um comproprietário.

Só alguns dias depois foi notificado pela Câmara, o sr. Malícia, para arrasar o poço. Portanto não houve «invasão ilegal por empregados da Câmara na execução de ordens do respectivo Presidente,» nem eles «entulharam o poço de abastecimento de água.» O entulho já tinha sido mandado fazer por um interessado! A notificação posterior, feita pelos empregados da Câmara, por ordem do respectivo Presidente, para arrazar o poço, reveste um aspecto muito mais grave, porque parece um prémio ao violador de uma propriedade particular. Na prática foi um prémio ao arbítrio e à violência de um particular que fez o que quis e viu o seu capricho homologado por uma decisão ilegal da Câmara.

A Câmara foi castigada pela decisão dos tribunais. Que lucrou com isso o sr. Malícia? *Lucrou* gastar muito dinheiro e estar com o poço entulhado há quase três anos! Aqui está um outro exemplo eloquentíssimo do que se disse no n.º 10 da «Frente Patriótica»: o binómio Justiça-Lei, só funciona bem, quando aplicado integralmente. Neste, como em tantíssimos outros casos, a vítima da injustiça e da ilegalidade foi quem sofreu o castigo, ao qual, os culpados se eximiram, até agora.

Não se percebe muito bem como um indivíduo resolve entulhar um poço que também é de outrem, sem estar munido de autorização legal ou estar escudado em qualquer garantia.

Exactamente, que fez a Câmara para remediar a situação? Notificou os dois proprietários para arrasarem o poço, quando, um deles, por seu arbítrio, já o tinha mandado arrasar! A requerimento de quem se deu a a intervenção da Câmara?

Pois se um contesta, judicialmente, a acção da Câmara e ganha em todas as instâncias Judiciais, é evidente que o requerimento terá sido do que se antecipou à notificação camarária para satisfazer o seu capricho. Isto é tão claro que os tribunais não tiveram dificuldade em ditar a sentença, mas, que lucrou o sr. Malícia, com a aplicação da Lei e a decisão da Justiça?

O poço continua entulhado, com todas as inconveniências para o proprietário, e este nem sequer tem podido demandar a Câmara por perdas e danos ou requerer a execução da sentença. Isso não é connosco, bem o sabemos, mas interessa-nos muito, porque perturba *«o que dignifica a vida, realiza o engrandecimento da Nação, o bem estar social, a justiça e a paz para todos os portugueses.»*

Vemos neste caso um exemplo de torpedeamento das magnânimas intenções do Governo, expressas naquela frase, dita na Câmara do Porto, pelo sr. Ministro do Interior e não compreendemos que uma Inspecção à Câmara de Estarreja em 1961, ordenada pelos serviços do Ministério do Interior, começada quando ainda não tinham decorridos dois anos sobre o arrasamento do poço, escreva no seu Relatório a fls. 184: «por muito que pese a alguns detratores da acção administrativa municipal (de Estarreja) não encontramos qualquer fundamento para a condenarmos.»

Foram de outro parecer os Juizes do Supremo Tribunal Administrativo e quem ordenou a reintegração do sr. Joaquim Maria Dias, *demitido sem processo, por fraude*, do serviço da Câmara de Estarreja, mas isso só vale aos munícipes, que reclamam contra o arbítrio e a ilegalidade, o mimoso cognome de detractores.

A paz, a Justiça, o bem estar social, só podem existir como inseparável todo.

10-VI-62

Francisco Rendeiro

●

Do sr. Dr. João Assis Pereira de Melo recebemos, com pedido de publicação, a seguinte carta:

Meu Caríssimo Dr. David Cristo:

Sabe V. Ex.ª que sou assinante do «Litoral» desde o primeiro número. Ficará agora a saber que considero o seu jornal, não obstante não perfilhar toda a sua orientação directiva, uma insistente afirmação do seu talento poliforme. — Assim, compreenderá como me constrange ter de solicitar que esta minha carta seja original para o próximo número. — Mas V. Ex.ª, que também é advogado, apreenderá fàcilmente a necessidade que tenho de corrigir os propósitos denunciados no artigo inserido em o número 398 do seu jornal, vindo a público em 9 do corrente mês, sob a epígrafe de «Frente Patriótica». E essas correcções são as seguintes:

Primeira — É falso que eu seja o presidente da Comissão Concelhia da União Nacional de Estarreja, ou mesmo que dessa Comissão faça parte.

Segunda — É inverídico que eu haja recebido até agora o que quer que seja a título de honorários pelos serviços prestados na causa a que no artigo em referência se alude.

Terceira — É pura irresponsabilidade de quem se atreve a pronunciar-se sobre ciência que ignora afirmar que essa demanda «não era difícil de vencer», pois a realidade é que a sua causa de pedir se situou no delicado terreno dos vícios inquinadores dum acto administrativo, de cuja prévia anulação depende o êxito de outra acção a intentar no Tribunal comum.

Quarta — É ofensivo dizer-se, e por isso repudio a asserção maliciosa, que o meu natural instinto de liberdade de apreciação dos pleitos que me são confiados haja claudicado em face do «abafarete» que ao meu constituinte tenha sido impossível, até agora, levantar, pois só eu, como seu advogado, sou juiz de decidir da oportunidade de tentar restituí-lo ao estado anterior à lesão, como de saber quando se mostram inoperantes as diligências para obtenção duma reparação extra-judicial, cuja procura me é imposta deontològicamente.

Quinta — Por imperativo de raça, que molda a minha educação e estrutura o meu temperamento de homem livre, sei que a independência da minha toga nunca foi nem será comprometida, nem cederá às armas que o Poder contra ela quisesse voltar, o que, aliás, nem sequer foi tentado no caso em apreciação.

Sexta — De resto, o meu constituinte permanece sempre livre de prosseguir a defeza do seu direito, de facto injustamente violado, sob o patrocínio de outro advogado, que... seja suficientemente dextro para articular a outra demanda a propor no Tribunal comum — (único Poder com competência legal para decidir a questão) — e cuja urdidura técnico-jurídica é também complexa e subtil.

— Posto isto, só peço a Deus que o articulista da «Frente Patriótica» possa um dia fazer suas as contrições de Santo Agostinho — («Confissões» — Livro II — 7 — no seu diálogo com o Criador: — «Confesso que tudo me foi perdoado: — o mal que de livre vontade cometi e o que não pratiquei graças à Vossa ajuda».—

Creia-me, pelo mesmo elevado apreço que lhe tributo, seu muito afeiçoado

a) - João Assis Pereira de Melo

Estarreja - 12 de Junho de 1962

Moreira & Moreira, Limitada

SECRETARIA NOTARIAL DE AVEIRO

Segundo Cartório

Certifica-se, para efeitos de publicação, que por escritura de 29 de Maio de 1962, lavrada a folhas quarenta e oito, verso, do livro número A-trezentos e noventa, para escrituras diversas do arquivo deste cartório, a cargo do Notário Doutor António Rodrigues, foi constituída uma sociedade por quotas entre Joaquim Alves Moreira Júnior e D. Maria de Lourdes Baptista da Silva Alves Moreira, nos termos dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a firma «MOREIRA & MOREIRA, LIMITADA», tem a sua sede em Aveiro, e durará por tempo indeterminado, a contar de um do próximo mês de Junho.

Segundo — O seu objecto é o exercício de comércio de comissões e consignações, ou qualquer outro que a sociedade resolva explorar e para que não seja precisa autorização especial.

Terceiro — O capital social é de cinquenta mil escudos, inteiramente realizado em dinheiro, correspondente à soma de duas quotas de vinte e cinco mil escudos, pertencendo uma a cada sócio.

Quarto — Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, podendo, porém, qualquer dos sócios fazer à Caixa Social os suprimentos de que ela carecer, nas condições em que acordarem e que constem das respectivas actas.

Quinto — Todos os sócios são gerentes, sem remuneração e sem caução, e a sociedade será representada, em juízo e fora dele, activa e passivamente, por qualquer deles.

Sexto — A cessão de quotas, total ou parcial, é livre entre os sócios, usando a sociedade, em primeiro lugar, e qualquer dos sócios, em segundo lugar, da faculdade de preferência quando se pretenda ceder a um estranho.

Sétimo — Quando a Lei não exigir outras formalidades, as reuniões da assembleia geral serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios, com oito dias de antecedência.

Oitavo — O falecimento ou a interdição de qualquer dos sócios não opera a dissolução da sociedade, podendo os seus herdeiros ou representantes continuar na sociedade, mas representados sòmente por um deles.

Nono — Os balanços e contas fechar-se-ão no dia trinta e um de Dezembro de cada ano. Dos lucros líquidos apurados serão deduzidos cinco por cento para o fundo de reserva, sendo os restantes divididos pelos sócios, na proporção das suas quotas.

É certidão narrativa parcial, que fiz extrair e vai conforme ao original a que me reporto. Na parte omitida, nada há em contrário que modifique, restrinja ou condicione a parte transcrita.

Aveiro, Secretaria Notarial, onze de Junho de mil novecentos e sessenta e dois.

O Ajudante da Secretaria,

Raúl Ferreira de Andrade

DESPORTOS

Continuações da última página

Torneio de Competência

na dura prova a que vão ser submetidos.

Aveiro, efectivamente, conta com o brio, o entusiasmo, a categoria e o empenho dos futebolistas do Beira-Mar em ordem a que consigam manter o seu Clube entre as mais cotadas turmas nacionais.

E Aveiro saberá apoiar, alentar e incitar os valorosos jogadores do *jersey* negro-amarelo, para quem o melhor prémio será o prémio que todos desejamos, e ambicionamos.

Boa sorte, pois, Beira-Mar!

Boira-Mar — Caldas

veio a constituir um jogo de interesse, motivado pela movimentação que o Caldas imprimiu, de início, à sua equipa.

E o Beira-Mar, naturalmente inconformado com o *score* desfavorável de 0-2, teve de se empregar para evitar ser surpreendido. Assim, e mesmo com certos elementos abaixo do rendimento usual, o onze beiramarense fez jus ao êxito que alcançou e podia mesmo ser mais expressivo.

ANDEBOL

Velhinho 1, Bio, Veiga 3, Encarnação 5, Mota, Serafim e Carvalho.

Ao intervalo: 3-6.

Já sem interesse para o título, que os beiramarenses tinham assegurado na ronda anterior, o jogo veio evidenciar a superioridade dos jovens aveirenses sobre os seus opositores — dado que lhes proporcionou o seu quarto triunfo em quatro desafios realizados.

Assim — cem por cento vitoriosos — os promissores andebolistas do Beira-Mar trouxeram para o seu Clube e para Aveiro a certeza de que será assegurada a continuidade dos êxitos citadinos na emotiva modalidade.

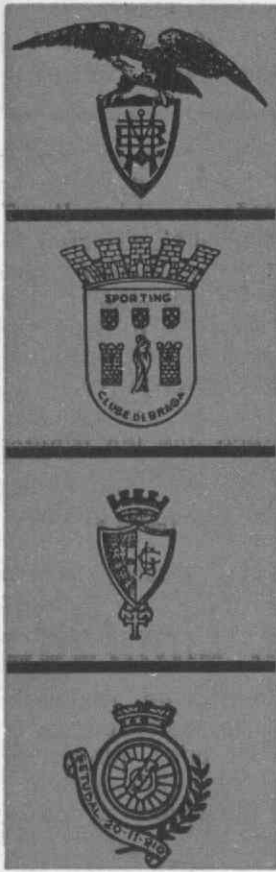
●

Tabela final:

	J.	V.	E.	D.	Bolas	P.
Beira-Mar	4	4	—	—	45-13	12
Espinho	4	1	—	3	23-31	6
A. Vareiro	4	1	—	3	19-41	6

TORNEIO DE COMPETÊNCIA

BEIRA-MAR BRAGA LUSITANO SETÚBAL

4 equipas para 2 apenas lugares

Após se terem desperdiçado imensos domingos ao longo da temporada — muitos deles sem justificação que convencesse —, o calendário oficial de provas federativas marca para amanhã o início das derradeiras competições futebolísticas: os torneios de passagem, em que defrontam grupos da I e da II Divisão, e equipas da II e da III Divisão.

A época do futebol vai alongar-se, por seis domingos ainda — numa prova de características marcadamente ingratas para os grupos que sofram qualquer precalço (sobretudo em «casa»), já que não terão grande margem para recuperar.

Cada uma das *liguillas* engloba a presença de quatro competidores, dos quais apenas dois podem conseguir os seus desígnios de subida de divisão ou manutenção dos lugares que esta época ocuparam. Na prova que directamente nos interessa a nós, aveirenses, teremos que o Beira-Mar e o Lusitano de Évora irão defender-se do assalto que o Sporting de Braga e o Vitória de Setúbal vão mover às suas posições. A missão dos beiramarenses — sobre ser ingrata e sobremaneira contingente — reveste-se de enormes dificuldades, uma vez que os seus opositores possuem, de facto, valor e boa capacidade, e estão naturalmente dispostos a conseguir o melhor possível, que será o direito ao ingresso na I Divisão.

Beira-Mar? Braga? Lusitano? Setúbal?

Com absoluta certeza, é impossível arriscar vaticínios sobre o comportamento dos quatro grupos — dois deles *condenados* a ficar pelo caminho... O torneio é recheado de incertezas e a sua curta duração faz com que aumente o seu grau de interesse — pois não se consentem, repetimos, descuidos de qualquer ordem.

. . . .

Quanto, no dealbar da competição, temos para dizer é bem simples: trata-se de uma afirmativa, categória, de confiança no valor do onze do Beira-Mar e de incitamento e total apoio a todos os seus elementos —

Continua na página 7

ENCONTRO PARTICULAR

Beira-Mar, 5 — Caldas, 2

Em jeito de treino formal para os torneios de competência em que têm de participar, Beira-Mar e Caldas efectuaram, no pretérito domingo, em Aveiro, um encontro amigável de futebol.

Sob arbitragem do sr. Henrique Silva, auxiliado pelos srs. Edmundo de Carvalho (bancada) e Carlos Paula (peão) as turmas utilizaram:

BEIRA-MAR — Bastos (Sidónio); Valente (Moreira), Marçal (Evaristo) e Moreira (Girão); Evaristo (Valente) e Jurado; Miguel, Diego, Garcia, Chaves e Azevedo.

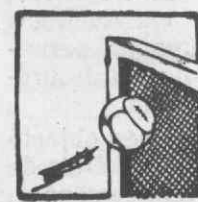
CALDAS — Rita (Vitor); Rogério (Ulisses), António Pedro e Quim (Rogério); Orlando e Lenine; Pinto da Rocha (Carapinha), Mirita, Janita, Tomé e Cardoso.

No fim da primeira parte, o marcador acusava uma igualdade a duas bolas: os caldenses chegaram a 2-0, com golos de *Cardoso* (6m.) e *Janita* (22m.), a aproveitarem indecisões da defesa aveirense e a premiarem a maior aplicação do seu grupo; mas os aveirenses reagiram e passaram a impor-se, repondo a diferença com tentos de *Azevedo* (24m.) e *Miguel* (41m.).

Após o descanso, só os beiramarenses golearam, traduzindo o seu nítido ascendente territorial e técnico, corolário lógico da sua superior contextura futebolística e do seu mais vivo ritmo de jogo. *Garcia* (50m.), *Chaves* (60m.) e *António Pedro* (85m.), este nas próprias redes, estabeleceram a marca final.

A tarde, de intenso calor, afastou muito público e condicionou a exibição dos jogadores — que, naturalmente, dosearam os seus esforços em ordem a que o encontro obtivesse a finalidade desejada: rodar as turmas e fornecer indicações sobre a forma dos atletas, a quem o afastamento das competições cria sempre problemas.

Mas o certo é que a partida

Continua na página 7

Andebol de 7

Campeonatos Distritais

SENIORES

Com jogos em Espinho e S. João da Madeira, prosseguiu o torneio distrital, apurando-se estes desfechos:

Espinho, 13 — Atlético Vareiro, 7

Sanjoanense, 13 — Escola Livre, 16

Assim se concluiu a décima segunda jornada da competição — antepenúltima da prova aveirense, agora assinalada com a eliminação da turma da Académica de Coimbra.

Efectivamente, no seu comunicado n.º 22, a Associação de Andebol de Aveiro dá-nos conta da exclusão do grupo dos estudantes — que se desinteressou do Campeonato após as derrotas que averbou por irregular inscrição de dois elementos, como oportunamente noticiámos.

Assim, os resultados obtidos pelos diversos competidores nos prélios com a Académica não contam para a tabela classificativa. Esta sofreu sensíveis alterações, ficando, agora, assim estabelecida:

	J.	V.	E.	D.	Bolas	P.
A. Vareiro	10	8	—	2	130-89	26
Espinho	10	7	1	2	104-77	25
Amoníaco	10	7	—	3	108-92	24
E. Livre	11	5	2	4	127-131	23
Beira-Mar	10	4	1	5	93-76	19
Avanca	10	2	—	8	92-115	14
Sanjoanen.	11	1	—	10	84-158	13

JUNIORES

Espinho, 5 — Beira-Mar, 9

Jogo em Espinho, no Campo da Avenida, na noite da penúltima sexta-feira.

Sob arbitragem do sr. Francisco Oliveira, os grupos apresentaram:

Espinho — Sebastião; Cabral, Violas 1, Beto, Serra 2, Henriques 1, Mário 1 e Dionísio.

Beira-Mar — Lemos; Sequeira,

Continua na página 7

Campeões

A turma do Beira-Mar campeã distrital de juniores em andebol de sete. De pé — **Pampílio Souto (treinador-adjunto), Sequeira, Velhinho, Serafim, Mota, Lemos, Abrantes, António Cerqueira (treinador) e Francisco Vicente (massagista).** Sentados — **Encarnação, Veiga, Bio, Orlando e Martins de Carvalho.**

XADREZ DE NOTÍCIAS

O árbitro portuense Clemente Henriques foi escolhido para dirigir amanhã, em Aveiro, o encontro de futebol Beira-Mar-Sporting de Braga.

No domingo, nesta cidade (Rinque do Parque), realizou-se o desafio de desempate para apuramento do vencedor da Subsérie A-2 da zona Norte do Campeonato Nacional da II Divisão, em basquetebol.

O Leça derrotou por 44-31 o Sporting Figueirense, ficando apurado para a final nortenha, em que jogará com o Vasco da Gama.

O Conselho Técnico da Associação de Andebol de Aveiro julgou improcedente o protesto que o Beira-Mar oportunamente apresentou em relação ao seu jogo com o Atlético Vareiro.

Na terça-feira, no encontro em atraso da Série de Aveiro do Campeonato Nacional da III Divisão, em basquetebol, o Amoníaco venceu a Sanjoanense por 30-29.

No entanto, e como já referimos, a turma de S. João da Madeira é que ficou apurada para representar Aveiro na fase seguinte da competição.

Armindo Teto, actual orientador do Amoníaco e antigo árbitro aveirense de andebol, actuou como juiz de baliza nos desafios Espanha-França e Portugal-França da Taça Latina, realizada em Lisboa na última semana.

A Direcção do Feirense renovou o contrato com o treinador Rui Araújo, que, assim, orientará na próxima época o grupo que guiou à I Divisão.

Ao mesmo tempo, os dirigentes feirenses pensam desde já no recrutamento de determinados jogadores em vista de reforçarem a sua equipa na prova máxima do próximo ano.

Na ronda inaugural da Taça Ribeiro dos Reis, em futebol, iniciada no transacto domingo, os grupos aveirenses intervieram em jogos que concluiram desta forma:

Vila Real, 8-Espinho, 2
Oliveirense, 3-Sanjoanense, 0

Amanhã, no prosseguimento da prova, há estes desafios (com participação de conjuntos do Distrito): Espinho-Vianense, Sanjoanense-Covilhã e Peniche-Oliveirense.

Na Vila da Feira, realizaram-se diversos festejos, de homenagem aos componentes do grupo do Feirense que ascendeu à I Divisão; em remate da consagração aos briosos futebolistas, efectuou-se na terça-feira passada um banquete promovido pela Câmara Municipal da Feira.

Liberal, stopper e capitão do Beira-Mar, não alinhará ainda amanhã contra o Sporting de Braga.

O correcto futebolista, ainda em tratamento, encontra-se mesmo afastado dos treinos.

No prosseguimento do Campeonato Distrital de Andebol de 7, seniores a 13.ª jornada engloba os encontros Avanca-Espinho (8-12), Escola Livre-Beira-Mar (8-8) e Atlético Vareiro-Amoníaco (15-7).

No próximo dia 21, o grupo principal do Feirense embarca em Lisboa para o Funchal, para uma digressão à Madeira onde realizará três jogos de futebol.

Para apuramento do segundo representante de Aveiro no Campeonato Nacional de Juniores (andebol de 7) Sporting de Espinho e Atlético Vareiro terão de realizar um encontro de desempate, em campo neutro.

Hóquei em Patins

Campeanato Regional do Centro

Termas, 6 — Galitos, 1

Jogo na tarde de domingo, nas Termas de S. Pedro do Sul.

Os grupos apresentaram:

Termas — Santos, Cristino, António José, Morais e Agostinho.

Galitos — Gil, Almeida, Vieira, Albertino e José Augusto.

Ao intervalo: 1-0.

Marcadores: pelo Termas, Morais (4) e Almeida (nas próprias redes); e, pelo Galitos, Albertino.

A turma visitada venceu com pleno merecimento, após um embate valorizado pela constante réplica dos aveirenses — que resistiram muito bem, na metade inicial, ao maior poderio do seu antagonista.

● A competição prossegue, hoje e amanhã, com os desafios *Galitos-Sport (2-4)*, em Aveiro, e *Termas-Minas (6-0)*, nas Termas de S. Pedro do Sul.

Basquetebol

TAÇA DE PORTUGAL

Como anunciámos, realizou-se em Estarreja, no sábado, a segunda mão dos quartos de final da prova em epígrafe entre o Amoníaco e o Ferroviários de Lourenço Marques, que se haviam defrontado em Aveiro oito dias antes.

Tal como nesta cidade, os campeões de Moçambique venceram rotundamente — 93-25 — pelo que eliminaram os estarrejenses e se qualificaram para as meias-finais, cujo início foi marcado para hoje, no Fundão.

AVEIRO
16 de Junho de 1962
ANO VIII • N.º 399
AVENÇA